Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor José Alberto Simões Gomes Machado, professor catedrático da Universidade de Évora.

Doutor Vítor Manuel de Oliveira Jorge, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

15 de Março de 2004. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos*.

Despacho (extracto) n.º 6785/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2005 do reitor da Universidade do Porto, foi autorizada a seguinte desafectação de lugares de professores do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Grupo	Categoria	Número de lugares
1.º grupo, subgrupo B (Biologia Celular)	Professor catedrático	1
5.º grupo (Saúde Comunitária)	Professor catedrático	1
6.º grupo, subgrupo A (Biologia das Populações)	Professor catedrático	1

10 de Março de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Rectificação n.º 514/2005. — Por ter sido publicado com incorrecções no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 10 de Fevereiro de 2005, a pp. 1938 e 1939, o despacho n.º 3006/2005, relativo à alteração da designação do curso de mestrado em Ciência do Desporto, na especialidade de Actividade Física Adaptada, para o curso de mestrado de Actividade Física Adaptada, da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, seguidamente se procede à respectiva correção: «passando a designar-se curso de mestrado de Actividade Física Adaptada, sujeito ao seguinte:

Regulamento do Curso de Mestrado de Actividade Física Adaptada pela Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.»

14 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos*.

Rectificação n.º 515/2005. — Por ter sido publicada com incorrecções no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 10 de Fevereiro de 2005, a pp. 1936 e 1937, a deliberação n.º 146/2005, relativa à alteração da designação do curso de mestrado em Ciência do Desporto, na especialidade de Actividade Física para a Terceira Idade, para o curso de mestrado de Actividade Física para a Terceira Idade, da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, seguidamente se procede à respectiva correção: «passando a designar-se curso de mestrado de Actividade Física para a Terceira Idade, sujeito ao seguinte:

Regulamento do Curso de Mestrado de Actividade Física para a Terceira Idade pela Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.»

14 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos*.

Faculdade de Engenharia

Aviso n.º 3429/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 16 de Novembro de 2004 do director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para preenchimento de uma vaga de técnico profissional de 2.ª classe (biblioteca e documentação) do quadro desta Faculdade.

2 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho;
Decreto-Lei n.º 276/95, de 25 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

3 — Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, foi feita consulta à Direcção-Geral da Administração Pública, que confirmou a inexistência de pessoal excedente.

4 — O candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

5 — O concurso caduca com o preenchimento da vaga em referência.

6 — Conteúdo funcional do lugar a preencher — ao técnico profissional de biblioteca e documentação incumbe genericamente, utilizando sistemas manuais ou automatizados, realizar tarefas relacionadas com a aquisição, o registo, a catalogação, a cotação, o armazenamento de espécies documentais, a gestão de catálogos, os serviços de atendimento, de empréstimo e de pesquisa bibliográfica, assim como a preparação de instrumentos de difusão, aplicando normas de funcionamento de bibliotecas e serviços de documentação de acordo com métodos e procedimentos previamente estabelecidos.

7 — O local de trabalho situa-se na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sendo o respectivo vencimento o fixado para o escalão e categoria correspondentes ao anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e as regalias sociais e condições de trabalho as genericamente vigentes para a generalidade dos trabalhadores da Administração Pública.

8 — Requisitos para admissão a concurso:

8.1 — Requisitos gerais — podem ser admitidos a este concurso todos os indivíduos vinculados ou não à função pública que satisfaçam cumulativamente, até ao fim do prazo de entrega das candidaturas, os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, 11 de Julho, que a seguir se mencionam:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais:

Curso de formação técnico-profissional na área de biblioteca e documentação, de duração não inferior a três anos, para além de nove anos de escolaridade;

11.º ano de escolaridade, detentores de cursos de formação nas áreas de biblioteca e documentação e de arquivo ministrados por serviços públicos ou pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;

11.º ano de escolaridade, com formação na área de biblioteca, arquivo e documentação, ministrada pelas escolas profissionais reconhecidas pelo Ministério da Educação.

9 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

Avaliação curricular;
Prova de conhecimentos gerais;
Prova de conhecimentos específicos;
Entrevista profissional.

10 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

Habilitação académica de base;
Formação profissional;
Experiência profissional.

11 — As provas de conhecimentos serão efectuadas com base no programa de provas de conhecimentos gerais publicado no *Diário*